

Análise agrária da multifuncionalidade da terra na Província de Alicante – Espanha

João Osvaldo Rodrigues Nunes

Doutor em Geografia pela UNESP (2002)

Professor do Departamento de Geografia da Universidade Estadual Paulista

Endereço profissional: Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Tecnologia,
Departamento de Geografia – Rua Roberto Simonsen, 305, 19060-900 – PRESIDENTE
PRUDENTE, São Paulo, Brasil

Telefone: (18) 3229-5388; Fax: (18) 3221-8212

Endereço eletrônico: joaosvaldo@fct.unesp.br

José Antonio Segrelles Serrano

Doutor em Geografia pela Universidade de Alicante (1990)

Catedrático do Departamento de Geografía Humana da Universidade de Alicante

Endereço profissional: Departamento de Geografía Humana. Facultad de Filosofía y Letras.
Universidad de Alicante. Carretera de San Vicente, s/n. 03080-San Vicente del Raspeig
(Alicante, España)

Telefone: (34) 965 90 34 00 (Ext.: 3345); Fax: (34) 965 90 34 64

Endereço eletrônico: ja.segrelles@ua.es

Resumo

A Espanha, com o fim da ditadura Franquista (1975), e a entrada na União Européia (UE) em 1986, passou a receber forte apoio financeiro (ajuda e subvenções), dos Fundos de Orientação e Garantia Agrária (FEOGA) e da Política Agrícola Comum (PAC). Estes investimentos tem tido uma importância capital na recente transformação dos espaços rurais espanhóis. No caso da Província de Alicante - Espanha, esta tem passado ao longo das últimas décadas, por intenso processo de alterações sócio-ambiental e territorial, tendo a água como principal aspecto de insustentabilidade ambiental dos sistemas produtivos (industriais e agrícolas), bem como os fortes investimentos nas áreas turísticas. Em relação a estrutura fundiária, na Província de Alicante predominam as pequenas propriedades rurais com cultivos de secano (amêndoas, oliva, uva para vinícola, etc.) e irrigados (hortaliças, citros, frutas, etc). Assim, a implantação das políticas agrícolas da União Européia no campo alicantino, através do conceito de multifuncionalidade rural, tem ocasionado aumento da concentração fundiária, empobrecimento e abandono dos pequenos e médios agricultores, aumento da concorrência com produtos externos, incentivos à especulação imobiliária, tendo o turismo como vetor principal.

Palavras-chaves: multifuncionalidade, União Européia, Espanha, Alicante, sustentabilidade, território.

Resumen

Análisis agrario de la multifuncionalidad de la tierra en la provincia de Alicante-España

Con el fin de la dictadura franquista (1975) y la entrada en la Unión Europea en 1986, España pasó a recibir un fuerte apoyo financiero (ayudas y subvenciones) del Fondo Europeo de Orientación y Garantía Agraria (FEOGA) y de la Política Agrícola Común (PAC). Estas ayudas han tenido una importancia capital en la reciente transformación de los espacios rurales españoles. En el caso de la provincia de Alicante – España, durante las últimas décadas ha pasado por un intenso proceso de alteración territorial y socioambiental,

teniendo en el agua el principal factor de sostenibilidad ambiental de los sistemas productivos (industriales y agrícolas), sin olvidar el papel que han representado también las fuertes inversiones aplicadas en las áreas turísticas. Con relación a la estructura de las explotaciones agropecuarias, en la provincia de Alicante predominan las pequeñas empresas rurales con cultivos de secano (almendro, olivo, viñedo de vinificación, etc.) y también de regadío (cítricos, hortalizas, frutales, etc.). Así, la implantación de las políticas agrícolas de la Unión Europea en el campo alicantino, a través del concepto de multifuncionalidad rural, ha ocasionado un aumento de la concentración de las explotaciones, el empobrecimiento y abandono de los pequeños y medianos agricultores, el aumento de la concurrencia de los productos foráneos, los incentivos para la especulación inmobiliaria, teniendo al turismo como vector principal.

Palabras clave: Multifuncionalidad, Unión Europea, España, Alicante, sostenibilidad, territorio.

Abstract

Agrarian analysis of the land multi-functionality in the Alicante Province – Spain

The of Franco's dictatorship (1975) and the admittance to the European Union (1986) enable Spain to get strong financial support (subsidies) from the Agrarian Undertaking Funds (FEOGA) and from the Common Agricultural Policy (PAC). These investments had changed Spain into an industrialized and agricultural country. In the last decades the Alicante Province has undergone profound processes of socio-environmental and territorial changes, being water the main aspect of environmental sustainability of the productive systems (industrial and agricultural), as well as the strong investments into touristic areas. As regard to the agrarian structure, inside the Alicante province prevails the small rural properties with dry (grape, olive, etc.) and irrigated (vegetables, citrus, etc.) farming. Therefore, the implantation of agricultural policies from the European Union into the Alicante province, by the concept of rural multi-functionality, has increased the agrarian concentration, the pauperization of the small producers and has increased also the competition with external products and the incentive to the speculation, being the tourism the main vector.

Keywords: multi-functionality, European Union, Spain, Alicante, sustainability, territory.

Introdução

O presente artigo é o resultado de pesquisa realizada no estágio de pós-doutorado, durante o período de 01 de novembro de 2008 a 31 de janeiro de 2009, no Departamento de Geografia Humana da Universidade de Alicante-Espanha, intitulado "*Análise ambiental e agrária da multifuncionalidade da terra na Província de Alicante – Espanha*", resultado de convênio firmado entre a Universidade Estadual Paulista - Faculdade de Ciências e Tecnologia (Brasil) e a Universidade de Alicante (Espanha), tendo como título "*Multifuncionalidade rural, pluriatividade campesina e desenvolvimento local. A experiência europeia e a potencialidade do Brasil*".

Na Espanha, a área de estudo onde realizou-se a pesquisa, compreendeu o território da Província de Alicante, que pertence a Comunidade Valenciana. Foram estudados os aspectos ambientais, tendo a água como principal enfoque devido às características climáticas, geológicas e de relevo, e os aspectos sócio-territoriais tomando como base o conceito de multifuncionalidade rural. É justamente sobre os aspectos agrários que trataremos neste artigo.

Na primeira etapa do texto é discutido o conceito de multifuncionalidade rural e a influência das políticas de agricultura comum, desde a década de 50, nos países pertencentes a União Européia e no momento atual. E a segunda etapa do texto, trata dos resultados das políticas do PAC, especificamente na Província de Alicante e os impactos sociais, territoriais e ambientais.

Desta forma, foi possível compreender historicamente, e através de indicadores econômicos e estatísticos, como as transformações socioambientais ocorreram no território alicantino, gerando sérios problemas aos pequenos e médios agricultores, bem como os desafios que estes terão que enfrentar decorrente das políticas agrícolas que a União Européia tem implantado no campo.

A multifuncionalidade rural e as Políticas Agrícolas Comuns

O conceito de multifuncionalidade rural foi utilizado pela primeira vez na Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento no Rio de Janeiro - Brasil (1992), em que os governos participantes reconheceram o "...aspecto multifuncional da agricultura, particularmente com respeito a segurança alimentar e o desenvolvimento sustentável" (SOARES, 2000/2001; p.41).

No caso da União Européia, o conceito de multifuncionalidade rural foi associado ao plano de Política Agrícola Comum – PAC (1992), estabelecendo as bases econômicas e financeiras para a AGENDA 2000 (1997), que de acordo com Santonja (2008), foi a partir do Tratado de Roma (1957) que começou a ser traçada a base para o PAC, tendo como objetivo:

[...] asegurar el abastecimiento alimenticio a los países europeos, tras la situación de carestía de alimentos que había sufrido Europa durante los años cincuenta. Para ellos se establecieron los fondos y ayudas europeas de FEOGA-Orientación y FEOGA-Garantía a partir de 1962, con los que se conseguían mantener los precios de las producciones agrarias. (SANTONJA, 2008; p.377)

O que esta por traz do conceito de multifuncionalidade é um modelo teórico e prático de agricultura, que na Europa, deste a década de 50, estava centrado na modernização e rentabilidade agrícola, esquema este que atualmente advoga por considerar-se integral, global, sustentado e multifuncional no meio rural.

A União Européia tem implantado as Políticas de Agricultura Comum (PAC) através do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola (FEOGA), que são investidos nos países membros da UE, tendo cinco objetivos fundamentais: aumento da produtividade nas áreas de produção agropecuárias; garantia de sustento financeiro aos agricultores; estabilização dos mercados; estabilidade nos preços para os consumidores e segurança no abastecimento alimentar

Soares (2000/2001) destaca que nas décadas de 70 e 80 a FAO (Organização para a Agricultura e a Alimentação), como outras instituições, amplia a importância de incorporar à agricultura tradicional, novos elementos vinculados a segurança alimentar, produtividade e sustentabilidade.

Neste contexto, o conceito de multifuncionalidade viria a ampliar esta abordagem através da seguinte maneira (SOARES, 2000/2001; p.42).

[...] • ampliando o alcance para incluir os serviços prestados pela agricultura para a sociedade em geral;
 • estabelecendo um marco para a valorização das compensações mútuas e sinergias entre as diferentes funções da agricultura e o correspondente uso da terra;
 • examinando as relações dinâmicas entre as zonas urbanas e rurais em diferentes escalas;

- incorporando toda a gama mundial de situações, desde as sociedades predominantes rurais, onde a produção primária de alimentos e outras mercadorias é prioridade, até as nações altamente industrializadas, com uma pequena população rural e importância da produção primária igualmente modesta.

Foi com declaração de Cork (1996) que constitui-se o início dos debates europeus a respeito das mudanças no PAC (1992), tendo como paradigma centralizador a multifuncionalidade rural.

Este novo enfoque teve como pretensão (SEGRELLES, 2007):

- combinar a função produtora de alimentos mantendo os produtores rurais no campo;

- a conservação do meio ambiente;

- a melhoria das condições de vida dos trabalhadores e sua população rural.

Todavia, para tentar garantir o sucesso desta proposta, os agricultores europeus têm sido beneficiados com auxílios protecionistas, que comparados aos agricultores dos países subdesenvolvidos e emergentes, como o Brasil, não tem tido apoio governamental igual aos europeus.

Conforme Segrelles (2007), os agricultores dos países subdesenvolvidos e emergentes, ficam a mercê das lógicas do mercado livre sem condições de concorrerem com produtos que recebem subvenção protecionista. Ademais as condições históricas são muito distintas, bem como as políticas agrárias e agrícolas.

O modelo da multifuncionalidade rural europeia ao ser aplicado a realidade do campo brasileiro precisa ser repensado, pois mesmo tendo como proposta a diversificação econômica da produção agrícola, a fim de obter renda complementar, diminuindo a pobreza rural, aumentando a produção da agropecuária sustentável, gerando condições sanitárias com respeito ao ambiente, para o Brasil pode se tornar um “mito inalcanzable” (SEGRELLES, 2007).

Para Segrelles (2002), a implantação de tal proposta precisa antes e paralelo, ser enfocado os sérios problemas agrários que o Brasil tem, tais como:

- absurda concentração de terra em poucas mãos;

- as políticas de marginalização dos pequenos e médios agricultores;

- o grande poder que as agroindústrias têm sobre os pequenos e médios agricultores;

- o desperdício de terras férteis para cultivos não alimentares do tipo exportação e não de subsistência;

- o predomínio de modelos agroexportadores;

- a ausência de políticas agrárias e recursos econômicos necessários para manter os agricultores no campo;

- deficiência de autoabastecimento alimentar.

Procurando compreender melhor o PAC da União Europeia, este tem como princípios básicos: a unidade do mercado, a preferência comunitária frente a outros países que não pertencem a UE e a solidariedade financeira entre os países membros da UE.

Para isto o PAC tem cinco objetivos fundamentais, ambos procurando paralelamente atingir as metas econômicas, sociais e políticas:

- aumento da produtividade nas áreas de produção agropecuárias;

- garantia de sustento financeiro aos agricultores;

- estabilização dos mercados;

- estabilidade nos preços para os consumidores;

- segurança no abastecimento alimentar.

Durante muito tempo esta estrutura manteve-se intacta. Todavia, nos últimos anos uma série de protestos, principalmente vindo dos países subdesenvolvidos e emergentes, tem questionado os enormes subsídios que a FEOGA (Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola), tem fornecido aos países membros da UE. Além disto, sérios problemas ambientais têm sido gerados com base nas políticas produtivistas implantadas, tais como:

erosão dos solos, contaminação da terra, da atmosfera, das águas superficiais e subterrâneas (SEGRELLES, 2007).

Com a implantação do PAC os países membros da UE obtiveram vários resultados, destacando:

- a UE tornou-se a 2ª exportadora mundial de produtos agroalimentarios;
- a agricultura tornou-se uma atividade protegida;
- gerou-se um enorme excedente de alimentos;
- os gastos por parte do Fundo Europeu de Orientação e Garantia Agrícola garantiam a comercialização dos produtos;
- geraram enormes pressões internacionais por parte dos Estados Unidos e Grupo de Cairns para abertura dos mercados.

Assim, a partir de 1992 o PAC, associado ao fracasso das negociações de dezembro de 1999, realizadas em Seattle pela OMC (Organização Mundial do Comercio), tem sido reformulado deixando de ser agrário para tornar-se um desenvolvimento rural integrado, apoiando e financiando políticas heterogêneas e multifuncionais com base no desenvolvimento sustentável.

Estas alterações podem ser mais bem compreendidas na Tabela 1.

Tabela 1. Proposta de Reforma do PAC (1992).

Adaptação da agricultura europeia a mundialização da economia e a liberalização comercial.	Jubilaciones anticipadas dos campesinos.
Fomento das práticas agropecuárias extensivas.	Revalorização dos espaços e recursos naturais.
Projetos de Reflorestamento.	Difusão dos conceitos de <i>multifuncionalidade rural e pluriatividade campesina</i> .
Redução da tradicional política de preços.	Apoio as zonas desfavorecidas e de montanhas.
Supreção de cultivos e abandono de terras.	Revalorização do carácter ambiental, cultural e paisagístico do campo.
Ajudas para abandonar a atividade agrária	Desequilíbrios territoriais, produtivismo larvado e prejuízo para os países mediterrâneos.

Fonte: Segrelles (2007)

Teoricamente as políticas são muito bem elaboradas. Na prática a UE tem mantido sua política tradicional com eficácia produtiva e competitiva em relação aos mercados internacionais. Todavia, a nova proposta de PAC (2003), tem intensificado o acirramento das políticas agrícolas dentro do território europeu, aprofundando a divisão territorial do trabalho com o aumento de recursos para a Europa Central e Oriental.

Conforme aponta Segrelles (2007; p. 8), na prática tem ocorrido da seguinte maneira, apontando as contradições no processo:

1. El desacoplamiento o disociación de las ayudas agrarias

* Contradicciones: Consolidación del productivismo histórico, beneficio para las explotaciones de mayor tamaño y perjuicio para los países subdesarrollados

2. La (eco)condicionalidad agraria

* Coartada para seguir subvencionando la agricultura sin un compromiso firme con la sostenibilidad ni con la equidad social

3. La modulación obligatoria de las ayudas

* Traspase de recursos desde las ayudas directas a la producción hacia medidas de desarrollo rural. Perjuicio para las pequeñas explotaciones familiares y nuevas desigualdades nacionales

No caso da Espanha, a aplicação do novo PAC (2003), no primeiro ano de sua aplicação ocasionou um abandono ou mudança de atividade agrícola em mais de 500.000 ha. de área produtivas, causando um impacto negativo sobre a economia, os empregos e mercado. Neste aspecto, Segrelles (2007) sintetiza muito bem os impactos causados com as políticas do novo PAC (2003) (Figura 1).

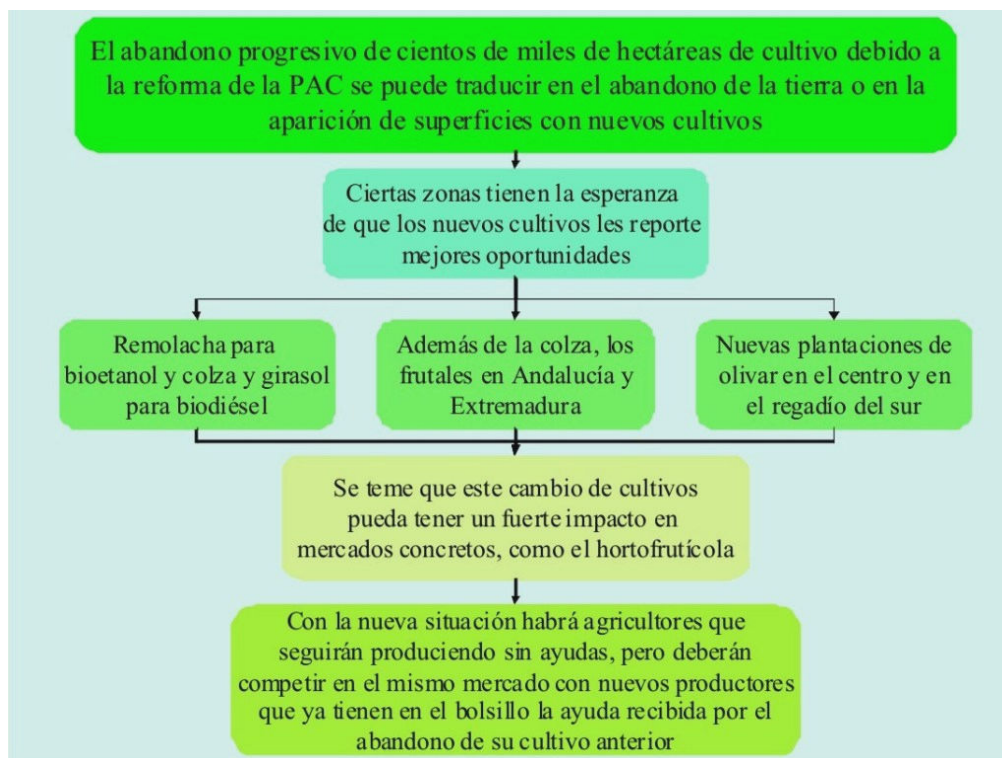


Figura 1. Impactos ocasionados pela implantação do PAC (2003) no campo espanhol (SEGRELLES, 2007).

Santonja (2008; p.379) também descreve as alterações que a reforma do PAC tem ocasionado, principalmente para os pequenos e médios agricultores:

La reforma de la PAC ha tenido entre sus principias cambios de enfoque el control y la limitación de las producciones a través del establecimiento de cuotas, el fomento de la pluriactividad rural y el cambio del enfoque en las ayudas que pasaron de sostener los precios por las ayudas a los agricultores...Atrás queda el modelo intensivo y especializado que se fundamentó en la aplicación de la PAC desde finales de los años cincuenta.

Para A. Massot (2005) apud Segrelles (2007) o paradigma da multifuncionalidade nasce como uma justificativa ideológica dos países da UE, Estados Unidos e Japão principalmente, devido as negociações econômicas e políticas ocorridas na OMC, agora sob a retórica da sustentabilidade e multifuncionalidade.

Segrelles (2007; p.10), cita que tais políticas de planejamento, no caso da Agenda 2000, têm por objetivo:

[...] favorecer a las explotaciones de mayores dimensiones, en aras de la competitividad y la productividad, ya los sistemas agrarios de Europa continental, mientras que las explotaciones familiares de pequeño y mediano tamaño y la agricultura mediterránea (hortalizas, frutas, vino, aceite de oliva, algodón) son claramente marginalizados. Incluso la agricultura mediterránea aparece como posible moneda de cambio [...].

No caso da agricultura mediterrânea inclui-se a Espanha e mais especificamente a Província de Alicante.

Ademais as políticas implantadas pela Agenda 2000 representam uma discriminação territorial que na prática prejudica os europeus mediterrâneos, pois a maior parte vem sendo realizada nos países do sul da Europa.

Estas políticas também sofreram alterações, que para os pequenos e médios proprietários rurais, as mudanças estruturais necessárias a fim de mantê-los efetivamente no campo, pouco foram realizadas. Isto pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2. Alterações da AGENDA 2000 e suas deficiências.

Intensificação dos pressupostos da Reforma Do PAC.	Difusão do conceito de <i>multifuncionalidade rural</i> .
Consideração global e integrada dos espaços rurais.	Intensificação do turismo rural, artesanato, produção e comercialização de produtos típicos, oferta de serviços específicos, revalorização das características paisagísticas, culturais e ambientais do lugar.
Modificação do tradicional discurso agrarista da União Européia.	Redução das produções e das ações setoriais no campo.
Dicotomia entre atividades agrárias e atividades rurais.	Proliferação dos conceitos que na realidade marginalizam a agricultura (turismo rural, ecoturismo, agroturismo, desenvolvimento rural endógeno, desenvolvimento sustentável, espaços de ócio, recursos ambientais, etc.).
	Aprofundamento dos desequilíbrios territoriais e agrários (Norte UE - UE Mediterrânea).

DEFICIÊNCIAS DA AGENDA 2000

- Não contém medidas para ter maior racionalidade nas atividades agrícolas;
 - Não toma medidas para uma melhora estrutural;
 - Apenas menciona a agricultura mediterrânea;
 - Não realiza política fiscal para mobilizar a propriedade e o regime de pertencimento das terras;
 - Não incentiva a transformação e comercialização de produtos agropecuários;
 - Concede recursos pressupostos abundantes a os instrumentos agroambientais.
- Objetivo:* potenciar o desenvolvimento sustentável das zonas rurais e responder a crescente demanda de serviços naturais e ambientais por parte da sociedade.

Fonte: Segrelles (2007)

Nos últimos anos, no caso da Espanha, os programas de FEOGA pouco têm privilegiado as políticas agrícolas, e sim centralizado mais...

[...] en las infraestructuras hoteleras y de ocio, la mejora ambiental y la recuperación y conservación del patrimonio arquitectónico-artístico, actuaciones que tienen como resultado inmediato una profundización de la división regional del trabajo, de forma que España y otros países mediterrâneos van camino de ser privados de sus fuerzas productivas para convertirse en paíse de servicios en los que el turismo figura como un dependiente monocultivo, es decir, en un lugar para el ocio de los europeos más prósperos (MARTÍN, 1996 *apud* SEGRELLES, 2007).

Como descrito anteriormente, a introdução de uma nova mentalidade de proposta de alteração no campo, levou a mudanças de um paradigma tradicional de agricultura para uma proposta diferenciadora, a partir da lógica da multifuncionalidade.

Segundo R.Crecente (2002) *apud* Santonja (2008; p.380) tem ocorrido uma alteração na concepção inicial do conceito de multifuncionalidade, em que:

[...] se ha producido una distorsión en la definición del concepto de multifuncionalidad y se ha pasado de basar el desarrollo rural en la multifuncionalidad de la agricultura (producción de alimentos y defensa de los valores paisajísticos, entre otros) a sustentarlo en la multifuncionalidad del espacio agrario (turismo rural e introducción del proceso urbanizador, entre otros).

Veremos na próxima etapa quais influências a política da União Européia através do PAC tem ocasionado na Província de Alicante-Espanha.

A situação da Província de Alicante no contexto da multifuncionalidade rural

Em relação a Província de Alicante, a situação não esta sendo diferente principalmente para as regiões de Montana (secano), Bajo Segura (regádios tradicionais), Nuevos regádios (sul) e Zonas La Marina y Vinalopó (Figura 2).

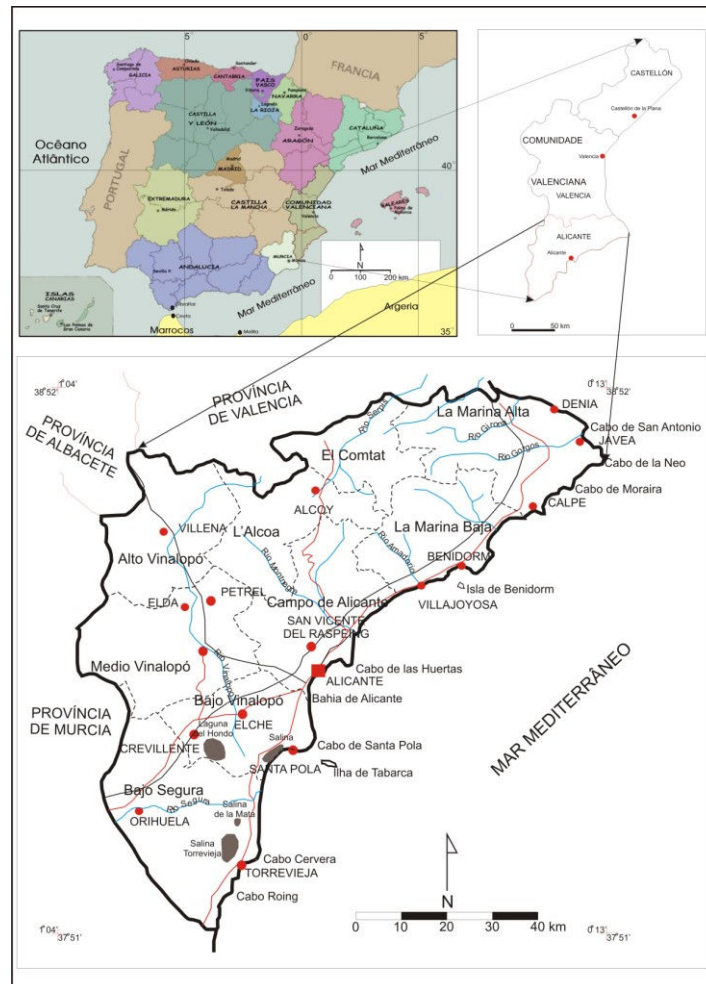


Figura 2. Localização da Província de Alicante no território espanhol. Organizado e desenhado por Nunes (2008).

Esta situação pode ser identificada através dos seguintes dados do Instituto Nacional de Estatística: de superfície de produção agrícola por hectares, da estrutura fundiária e da idade dos agricultores, no período de 1990 à 2005. Estas informações foram fornecidas pelo técnico agrícola Alberto Trave, chefe da Zona 1 da LA UNIÓN DE LLAURADORS Y

RAMADERS DEL PAÍS VALENCIÁ¹ vinculada a la Coordinadora de Organizaciones de Agricultores y Ganaderos (COAG)², que representa a Província de Alicante.

De acordo com o último Censo Agrário realizado na Espanha (1999), e com os levantamentos anuais realizados até o ano de 2007, a Província de Alicante apresentou um predomínio de pequenas a médias propriedades agrícolas (Tabela 3).

Em muitas propriedades ocorrem cultivos de secano ou de irrigação, devido às condições climáticas rigorosas de escassas precipitações ao longo do ano.

Tabela 3. Total de propriedades com terra da Província de Alicante - Espanha.

	Nº de explotaciones	Superficie total km ²
Explotaciones con tierras (ha)	52.292	378.375
>=0,1 a < 0,2	1.887	285
>=0,2 a < 0,5	8.393	2.825
>=0,5 a < 1	10.301	7.357
>=1 a < 2	11.311	15.921
>=2 a < 3	6.134	14.901
>=3 a < 4	3.497	12.004
>=4 a < 5	2.202	9.772
>=5 a < 10	4.545	31.208
>=10 a < 20	2.079	28.317
>=20 a < 30	602	14.450
>=30 a < 50	475	18.071
>=50 a < 70	230	13.385
>=70 a < 100	159	13.221
>=100 a < 150	144	17.024
>=150 a < 200	76	13.069
>=200 a < 300	97	23.421
>=300 a < 500	57	21.103
>=500 a < 1000	60	40.982
>= 1000	43	81.056

Fonte: Censo Agrário de *Espanha* (1999).

No ano de 2007, conforme os dados do Instituto Nacional de Estatística da Espanha (INE), havia 564.779 hectares de áreas que predominava a produção agrícola vinculadas às propriedades agrícolas familiares, e apenas 3.100 hectares de áreas com caráter empresarial, ou seja, a maior parte das propriedades rurais ainda estava vinculada a algum tipo de produção agrícola ou de criação. Todavia, nos últimos anos, devido a falta de rentabilidade, tem ocorrido uma concentração de terra, principalmente entre as propriedades com mais de 10 hectares, aumentando de 10.824 em 1999, para 11.931 propriedades em 2007 (INE, 2007).

De acordo com LA UNIÓ a situação no campo alicantino esta muito difícil, devido às políticas agrícolas que a União Européia vem implantando nos países da Península Ibérica.

Estas políticas têm ocasionado sérias conseqüências sociais, ambientais e econômicas principalmente com a concentração de terras e com o êxodo rural.

De acordo com dados sobre a estrutura das propriedades agrícolas elaborado pelo INE referente ao ano de 2007, somente nos últimos dois anos, a Província de Alicante tem perdido em torno de 4.000 pequenas propriedades agrícolas familiares, menores que 10 hectares. Esta situação, além de ter gerado uma redução generalizada no número de

¹ LA UNIÓ é a única organização agrária de âmbito autônomo vinculada a COAGO, com presença em todas as comarcas valencianas, representando mais de 30.000 associados.

² COAG (Coordenadoria de Organizações de Agricultores e Criadores). É considerada a maior entidade representativa dos pequenos e médios produtores rurais da Espanha.

propriedades, também tem diminuído a superfície agrícola tanto em áreas de *secano*³ como de *regadio*⁴, bem como na geração de postos de trabalho nos períodos de colheita ou *campanha*.

Isto pode ser observado no gráfico abaixo (Figura 3), onde a superfície agrícola entre os anos de 1990 à 2005, sofreu uma diminuição de aproximadamente 180.103 ha, em quase todos os cultivos com exceção dos Olivares que houve um aumento de 31.134 ha.

No caso dos Olivares, deve-se a conjunção de três aspectos principais:

- a tradição de produzir azeite para abastecimentos próprio (familiar) e para o mercado;
- as condições ambiental rústicas de semi-árido típicas de cultivos mediterrâneo, que os olivares se adaptaram muito bem;
- e aos incentivos financeiros que propicia a produção, recebidos da União Européia.

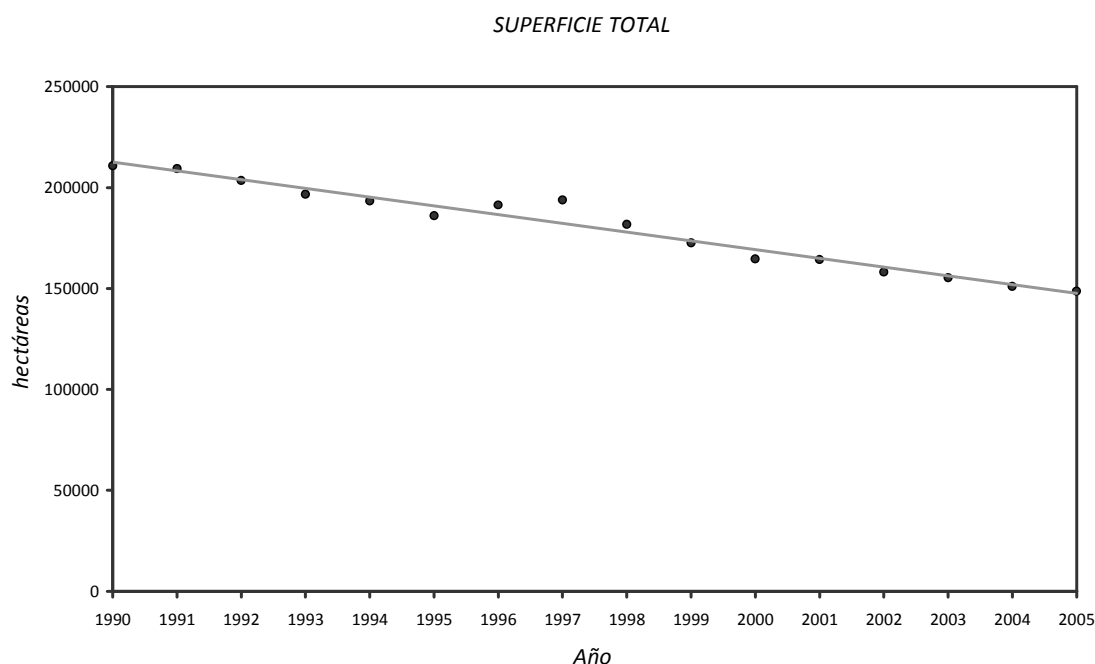


Figura 3. Superfície total de cultivo entre o período de 1990-2005. Observa-se que ocorreu perda expressiva de área cultivada. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

Esta perda fica mais clara quando comparamos os anos de 1990 (Figura 4) com 2005 (Figura 5) e calculamos as perdas em superfície de produção por ha (Figura 6).

³ Mesmo sendo áreas localizadas em regiões de clima semi-árido, os produtos cultivados não necessitam irrigação. São os casos dos cultivos de uva e de oliva, denominados de cultivos de *secano*.

⁴ São áreas localizadas em regiões de climas semi-áridos à áridos, que necessitam de irrigação. É o caso dos produtos de cítrico, hortaliças, etc.

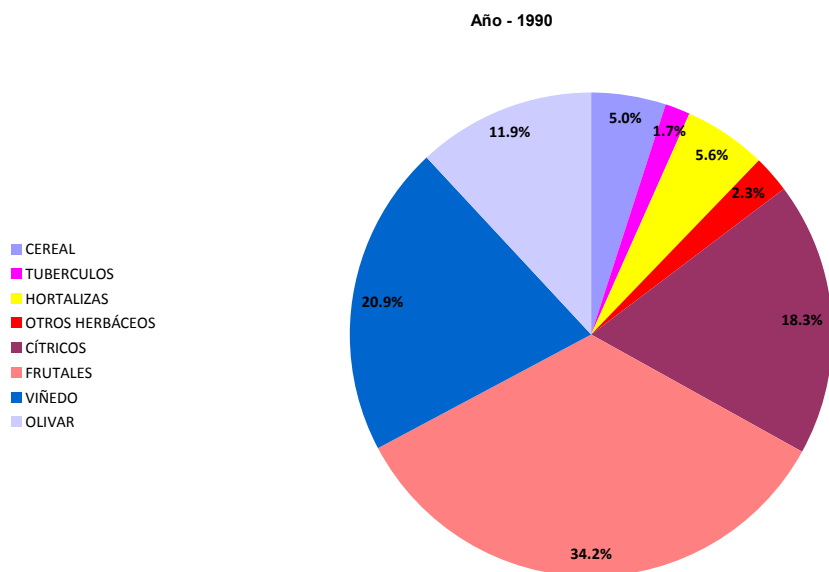


Figura 4. Superfície agrícola por cultivo no ano de 1990. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

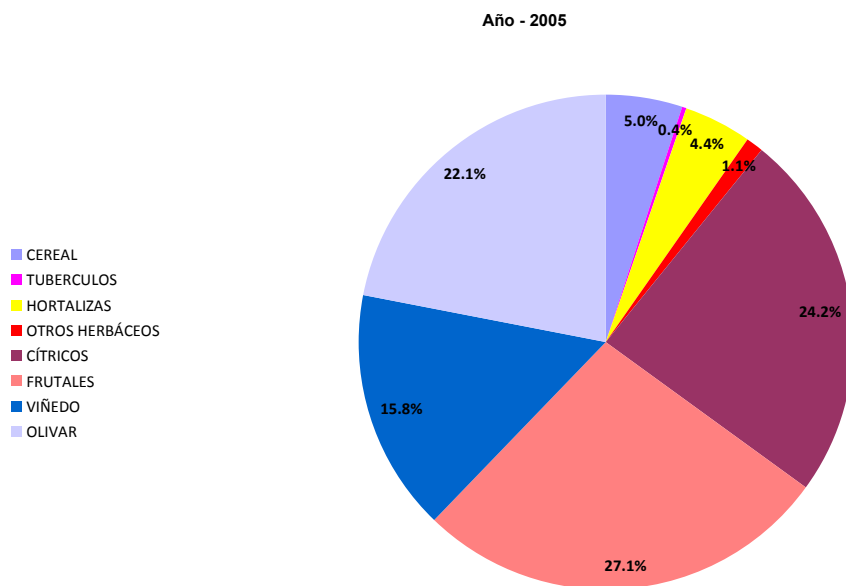


Figura 5. Superfície agrícola por cultivo no ano de 2005. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

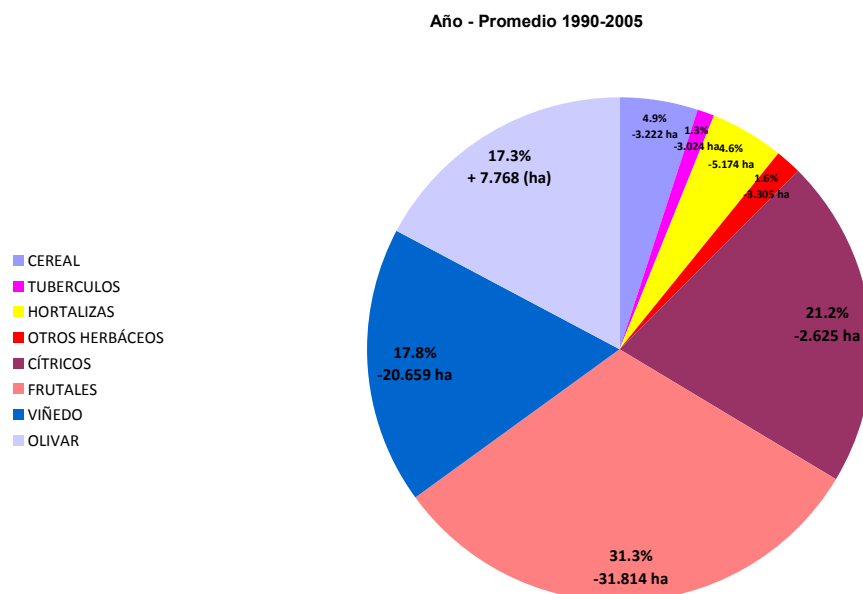


Figura 6. Comparação entre as superfícies agrícola por cultivo entre os anos de 1990-2005. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

Como dito anteriormente quase todos os cultivos sofreram redução na área plantada, com destaque para os Frutales (-31.814 ha) e o Viñedo (-20.659 ha). Ambos têm forte presença dos pequenos e médios agricultores na região. Novamente, quando observa-se todos os gráficos de superfície agrícola dos cultivos é possível identificar com clareza estes fatos (Figuras 7 à 14).

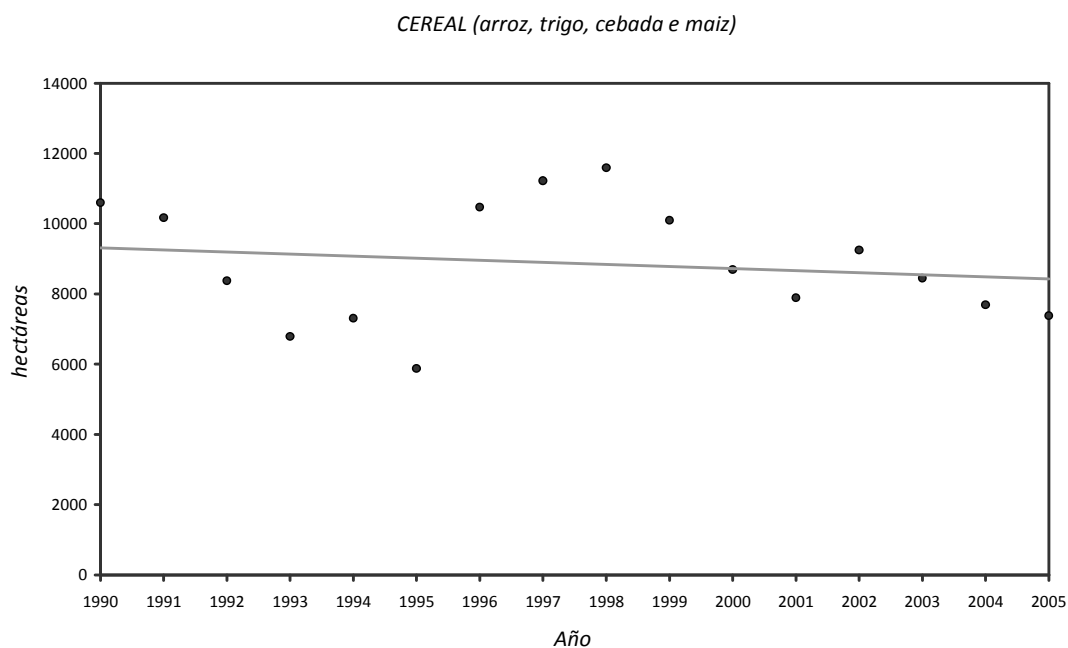


Figura 7. Superfície agrícola de cultivos de Cereal. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

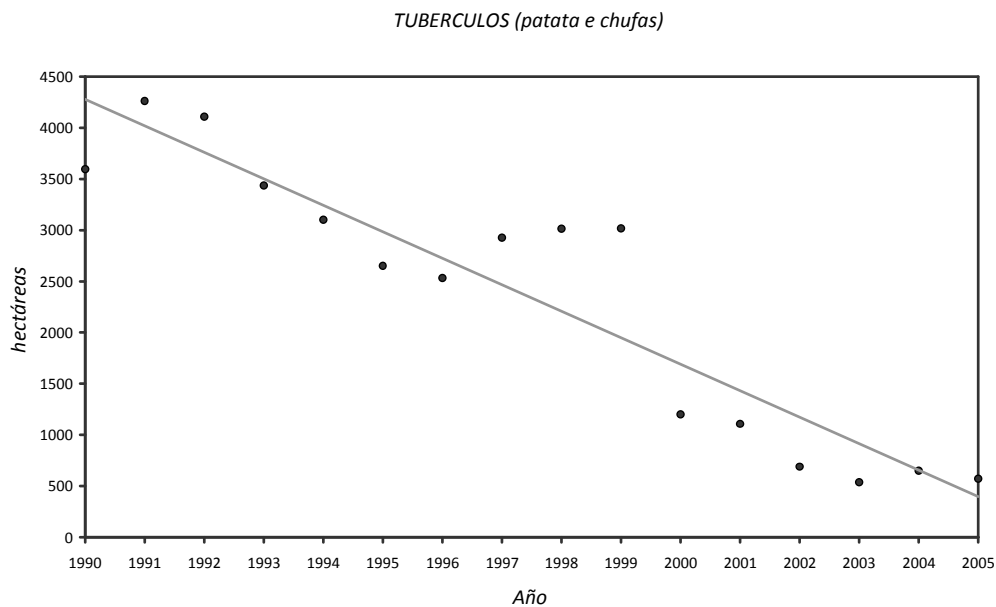


Figura 8. Superfície agrícola de cultivos de Tuberculos. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

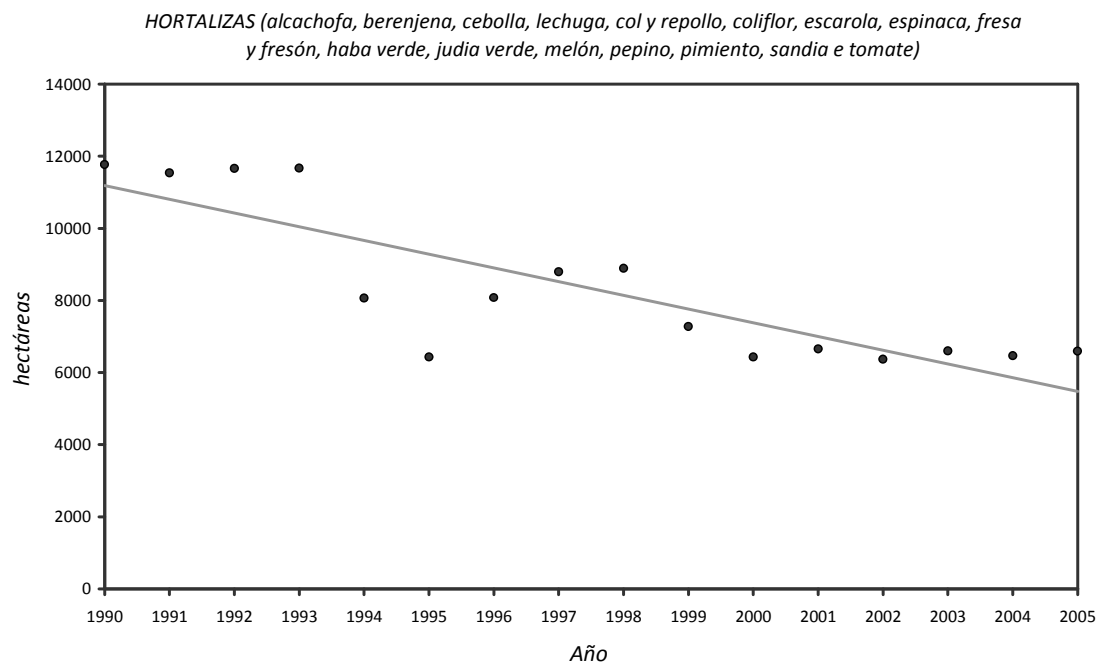


Figura 9. Superfície agrícola de cultivos de Hortalizas. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

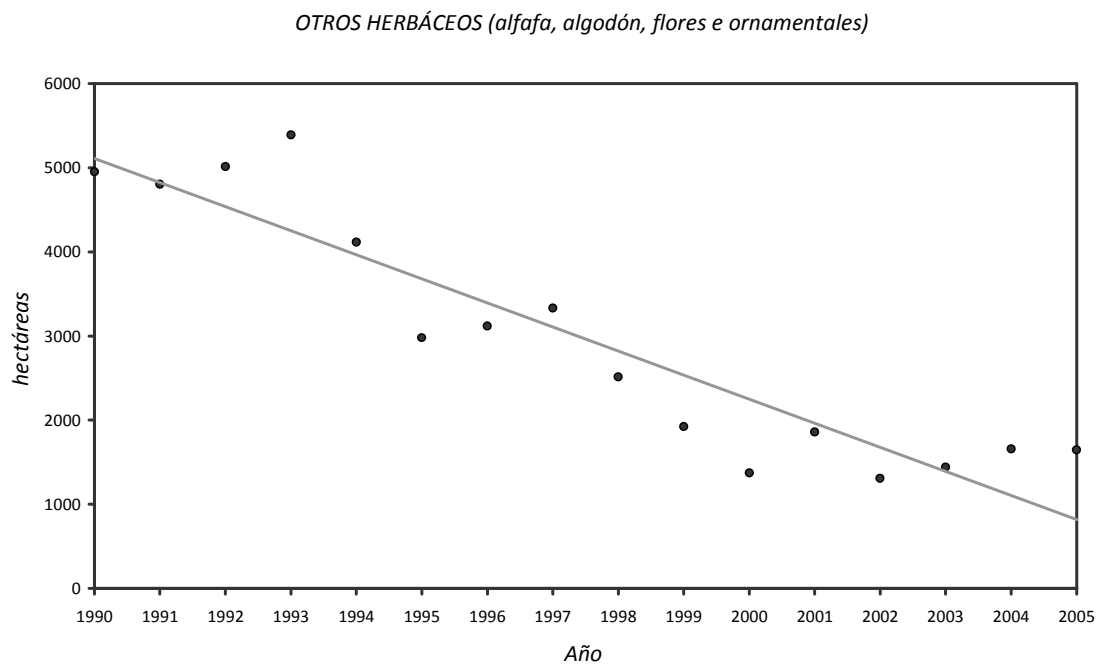


Figura 10. Superfície agrícola de cultivos de Outros herbáceos. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

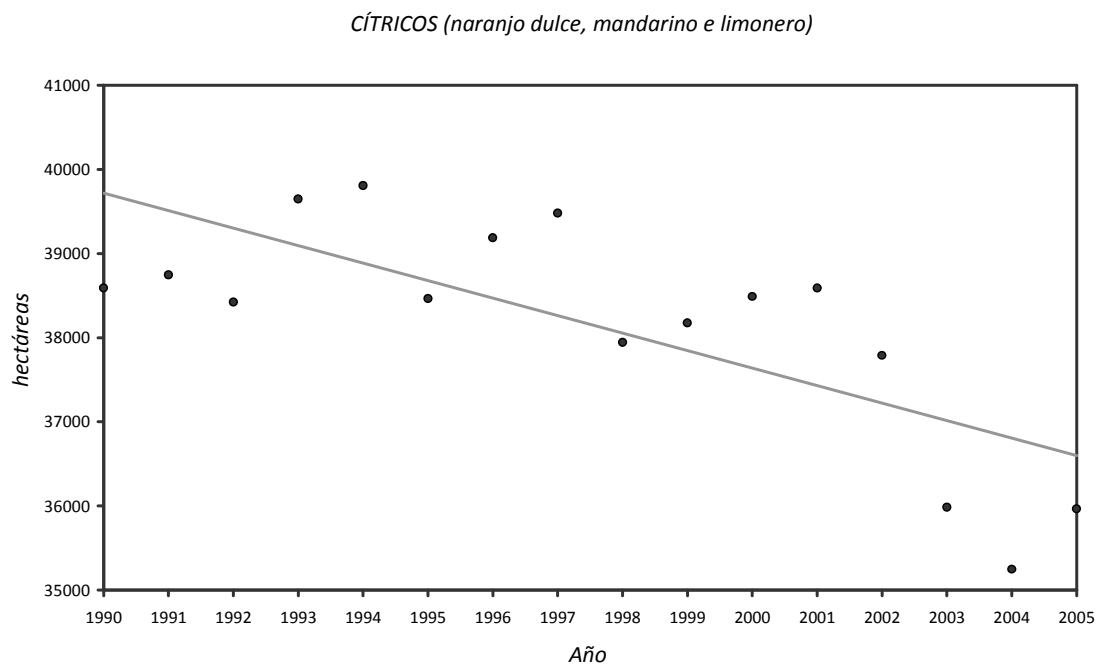


Figura 11. Superfície agrícola de cultivos de Cítricos. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

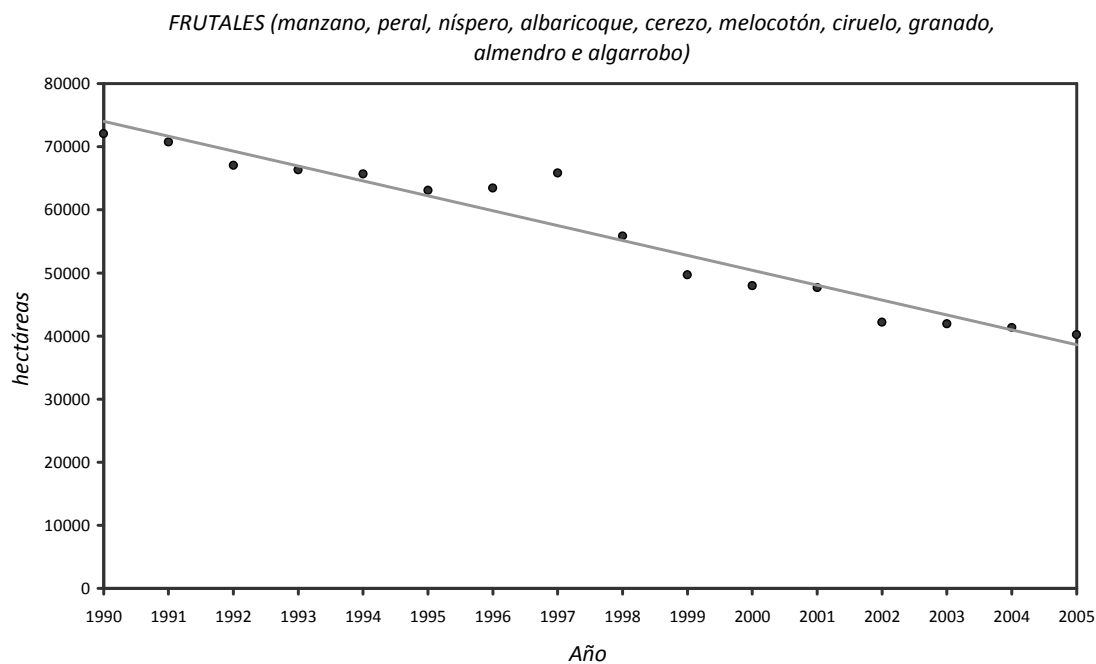


Figura 12. Superfície agrícola de cultivos de Frutales. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

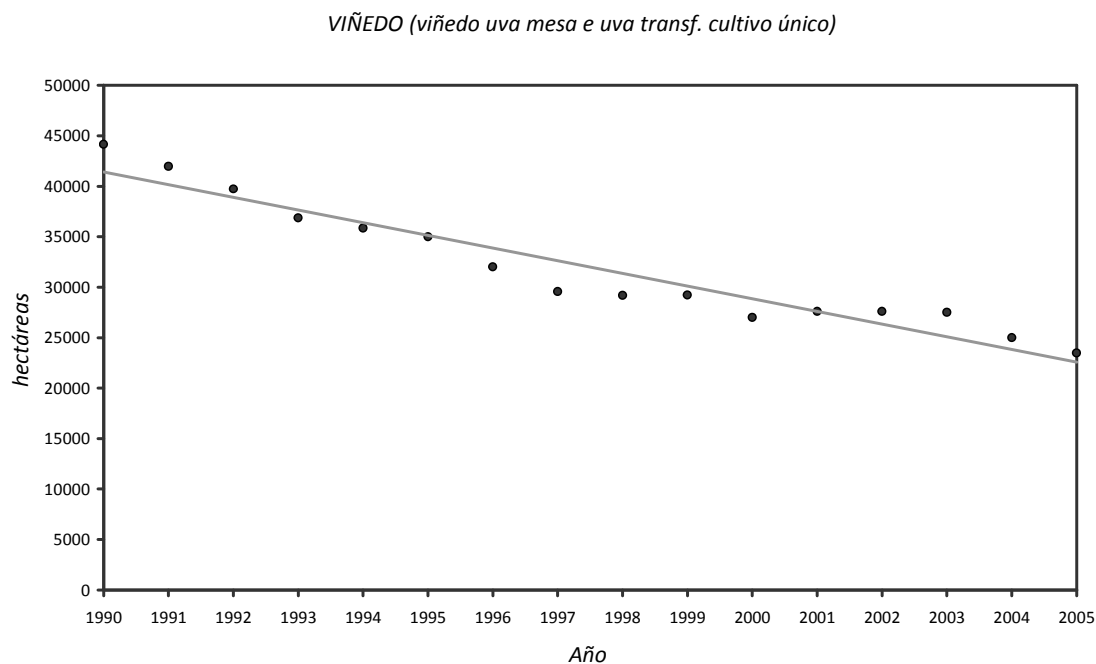


Figura 13. Superfície agrícola de cultivos de Viñedo. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

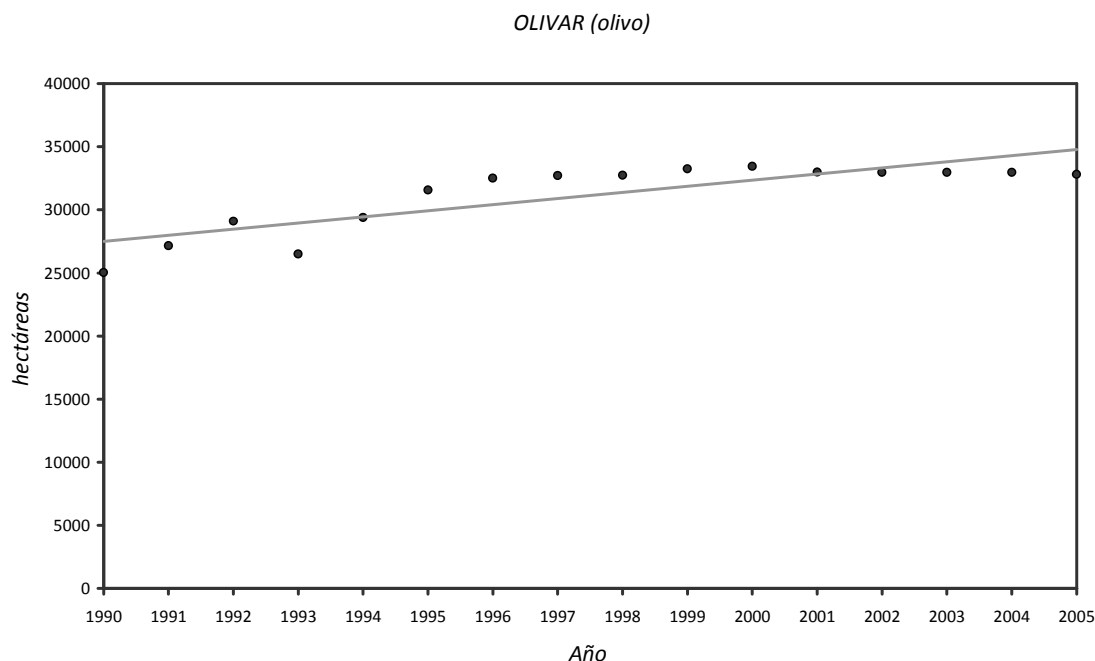


Figura 14. Superfície agrícola de cultivos de Olivar. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007). Organizado e elaborado por Tommaselli (2008).

Desta forma, como bem demonstrado ao longo do período de 1990–2005, quem mais tem perdido são os pequenos e médios agricultores. Ademais também são os maiores responsáveis pela geração e garantia de emprego no período de colheita dos produtos, que na sua quase totalidade é realizada de forma manual por trabalhadores locais e imigrantes vindos de países do leste europeu, do norte da África e da América Latina.

Além do aspecto da geração e garantia de emprego, tem-se observado uma sensível redução da presença de jovens trabalhando no meio rural (Figura 15).

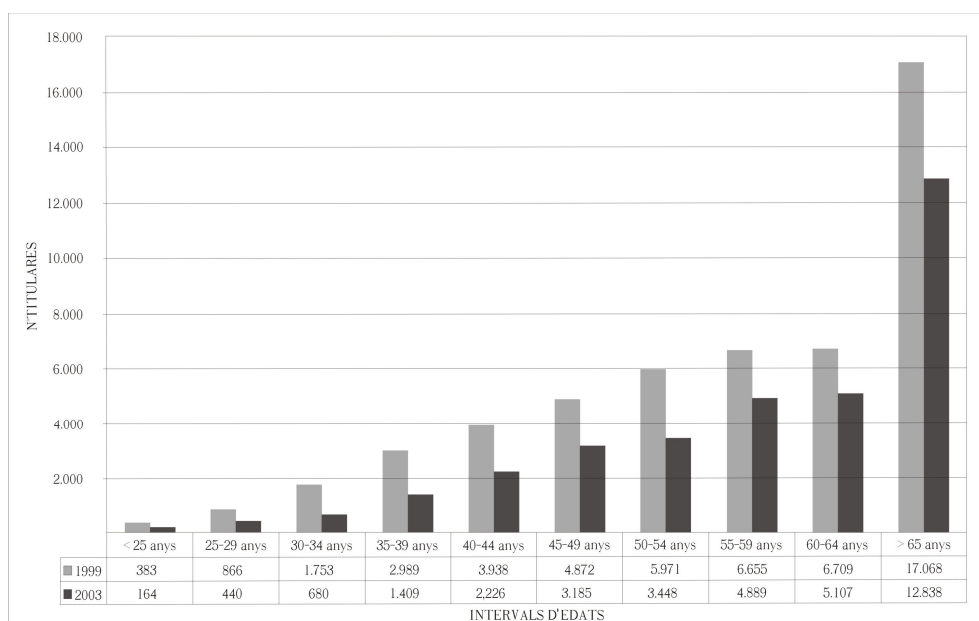


Figura 15. Números de titulares proprietários de terra por intervalos de idade. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007).

Os titulares das propriedades rurais na Província de Alicante entre < 25 anos e 35-39 anos, têm passado de 5,86% para 3,74% no ano de 2003. Ou seja, em quatro anos ocorreu uma redução do número de jovens de quase 5.991 (1999) para 2.693 (2003). Significa uma redução de 3.298 proprietários em idade produtiva, que sem perspectivas de ficarem no campo, por causa dos custos e das políticas agrárias implementadas pela União Européia, rumam em direção às cidades. Outros para não perderem suas propriedades arrendam para outros cultivos, como é o caso dos Olivares.

Também é possível observar no gráfico da Figura 16, como esta redução ocorre na relação tamanho das propriedades rurais pelo número de proprietários.

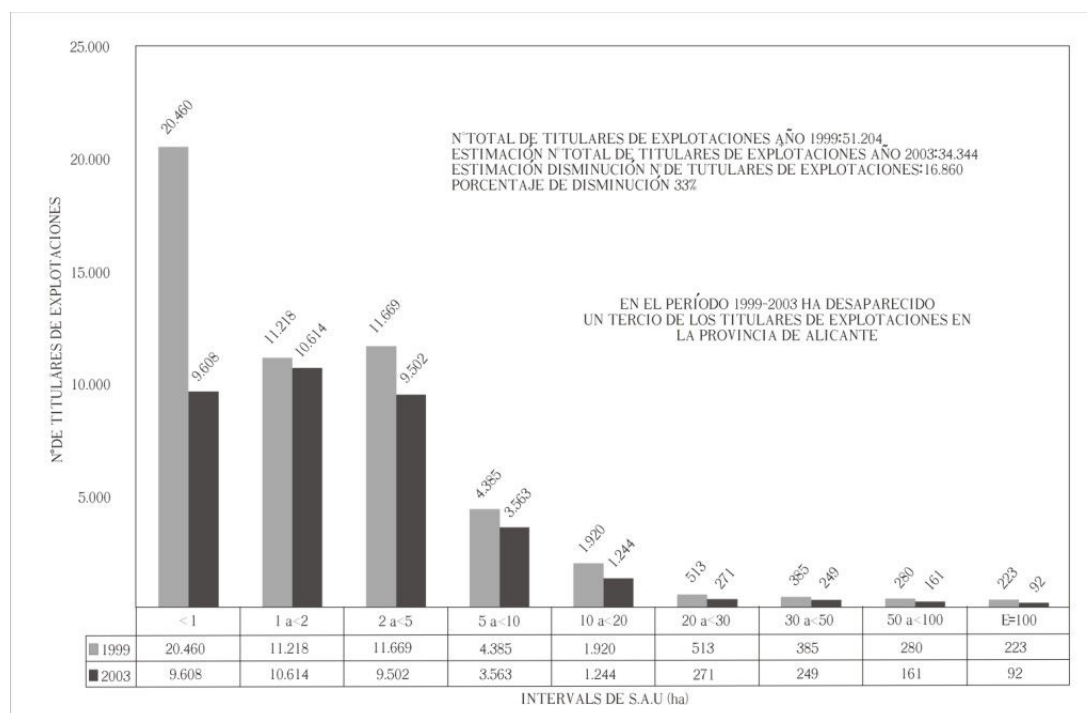


Figura 16. Números de titulares proprietários de terra por tamanho de propriedade em hectares. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007).

A maior diminuição ocorreu entre os proprietários de < 1 ha de terra, de 20.460 (1999) para 9.608 (2003), ou seja, 10.852 agricultores perderam sua propriedades em um período de 4 anos.

Como dito anteriormente, a situação de envelhecimento dos agricultores no campo é preocupante, pois não está ocorrendo uma reposição de jovens para o campo. Isto também fica claro quando observamos a pirâmide da distribuição demográfica no setor agrário da Província de Alicante (Figura 17), em que a maior parte da população é de velhos.

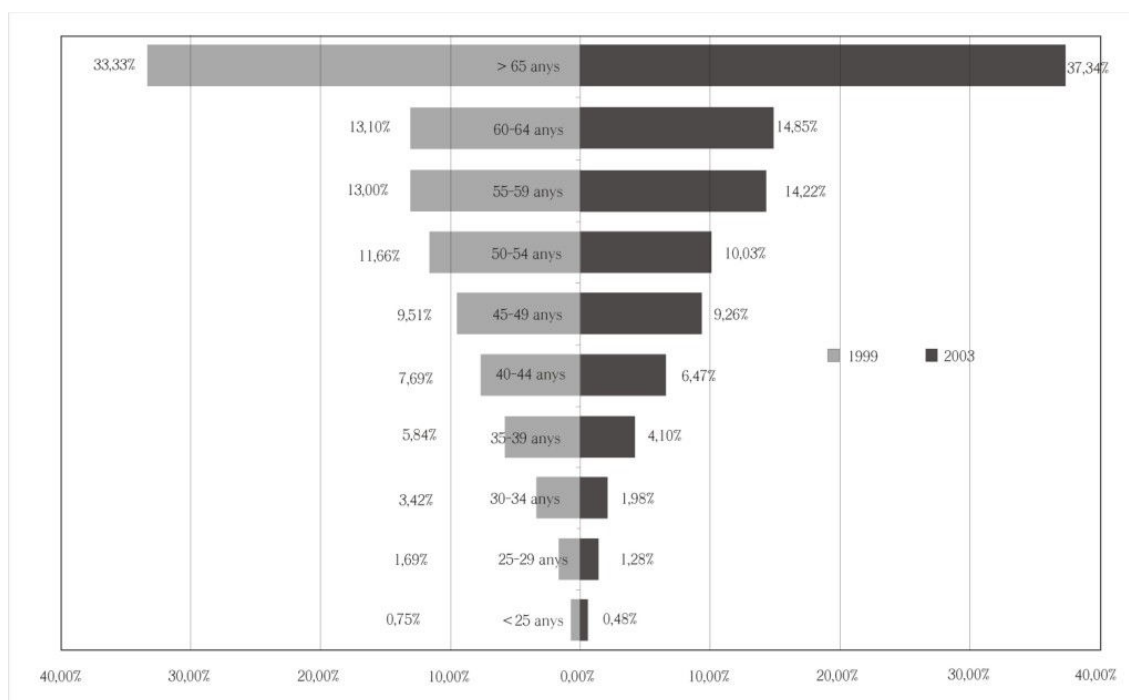


Figura 17. Pirâmide da distribuição demográfica no setor agrário da Província de Alicante. Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2007).

Observa-se que a população de > de 60 anos tem passado de 46,44% para 66,48% em 2003.

A porcentagem de proprietário com > de 65 anos aumentou 4,05% de 33,33% (1999) para 37,38% (2003). Todavia, na base da pirâmide a população jovem de < 35 anos, diminuiu de 5,86 (1999) para 3,74 (2003), uma redução de 2,12%.

Frente a esta situação a LA UNIÓN – COAG compreende que, com base nas políticas atuais do PAC (2003), a tendência é a diminuição rápida do setor agrário produtivo, com a marginalização e envelhecimento gradual da população rural, convertendo a Província de Alicante, em uma região turística de descanso e serviços para os estrangeiros.

Desta forma, com base nas informações obtidas junto a LA UNIÓN e apoiadas em trabalho de campo, para reverter esta situação na Província de Alicante, e que tende a ampliar-se para outros espaços do território espanhol, concordamos que os órgãos governamentais, a sociedade civil organizada, os produtores rurais e os sindicatos representativos devem atentar-se para os seguintes aspectos:

- La falta de perspectivas económicas seguras, al no percibirse la voluntad política de conceder prioridad a este tema.
- La falta de racionalización en los actuales procesos de urbanización del territorio de uso agrícola.
- La reducción del nivel de los servicios que disponen las personas, las familias y las empresas en las zonas rurales y, por tanto, de la calidad de vida en general. Esta situación desanima a los jóvenes, especialmente a las mujeres, a constituir nuevas familias en estas zonas.
- La percepción que las condiciones sociales no son adecuadas enfrente de la atracción permanente de otros sectores económicos y de otros entornos de vida y trabajo.
- Los elevados precios de venta y alquiler de terrenos, demasiado altos en comparación con las perspectivas de renta.
- Los altos costes de inicio de la actividad, compra de maquinaria y mejora de la explotación.

- Las cargas administrativas onerosas, obstáculos jurídicos y fiscales para el inicio y desarrollo de la actividad, todo un exceso de normas que dificulten la gestión sin un asesoramiento adecuado.
- La formación escasa, teniendo en cuenta el entorno en el cual ha de funcionar una explotación agraria moderna, bien orientada desde el punto de vista técnico, al corriente de los problemas de producción y venta, capaz de integrar actividades e ingresos aprovechando la necesaria multifuncionalidad de la agricultura (LA UNIÓN, 2008).

Considerações finais

A Província de Alicante ocupa uma superfície de 5.863 km² com uma população de aproximadamente 1.825.264 habitantes divididos em nove comarcas (El Comtat, Alcoy, Alto Vinalopó, Vinalopó Medio, La Marina Alta, La Marina Baja, L'Alacant, Bajo Vinalopó e Bajo Segura)⁵.

Referente ao conceito de multifuncionalidade rural, este é um modelo teórico e prático de agricultura, que vem sendo implementado na Europa, desde a década de 50 atreladas as políticas do PAC..

No caso da Espanha, em especial na Província de Alicante, durante um determinado período os investimentos realizados através do FEOGA, para os pequenos e médios agricultores, melhorou a eficácia produtiva e competitiva dos seus produtos em relação aos mercados locais, nacionais e internacionais, tendo o exemplo dos cultivos de Níspero (ameixa), uva de mesa e vinho e de Olivares.

Todavia, a nova proposta de PAC (2003), tem intensificado o acirramento das políticas agrícolas dentro do território europeu, aprofundando a divisão territorial do trabalho com o aumento de recursos para a Europa Central e Oriental, prejudicando a maior parte dos pequenos produtores rurais.

Na prática para a agricultura espanhola, somente no primeiro ano de aplicação do PAC (2003), ocorreu um abandono ou mudança de atividade agrícola em mais de 500.000 ha. de áreas produtivas, incluindo a Província de Alicante, causando um impacto negativo sobre a economia, os empregos e o mercado

Desta forma, devido à falta de rentabilidade dos pequenos e médios agricultores alicantinos, tem ocorrido concentração de terra, principalmente nas propriedades com mais de 10 hectares, passando de 10.824 para 11.931 propriedades (INE, 2007), diminuição da superfície de área plantada pelos pequenos agricultores e forte expansão das atividades vinculadas ao turismo rural, por parte de empreendimentos estrangeiros, devido ao aumento dos custos de produção agrícola.

Assim, a Província de Alicante tem sofrido as consequências das políticas agrícolas que a União Europeia vem implantando nos países da Península Ibérica, gerando sérias consequências sociais, ambientais e econômicas.

A tendência é a diminuição rápida do setor agrário produtivo, com a marginalização e envelhecimento gradual da população rural, no qual tem convertido a Província de Alicante, em uma região turística de descanso e serviços para os estrangeiros.

Assim, a implantação das políticas agrícolas da União Europeia no campo alicantino, através do conceito de multifuncionalidade rural, associado à crise econômica global, que tem afetado os mercados mundiais, com destaque para a Espanha, tem ocasionado:

- aumento da concentração fundiária,
- empobrecimento dos pequenos e médios agricultores;
- aumento da concorrência com produtos externos;
- incentivos à especulação imobiliária, tendo o turismo como vetor principal,
- aumento da degradação dos ambientes e de seus recursos, em especial as águas superficiais e de subsuperfície, em uma região com predomínio de clima semi-árido e que

⁵ <http://www.dip-alicante.es/documentacion> (2007).

50% da captação para manutenção dos sistemas produtivos (agrícolas e industriais) e das populações é de aquíferos.

Assim, a oportunidade de estudar e refletir sobre estas alterações históricas na paisagem da Província de Alicante - Espanha, a partir de realidades concretas, nos mostrou de modo sucinto, a situação atual dos pequenos e médios produtores rurais, bem como as formas de articulação que os mesmos têm realizado para garantir sua produção (cooperativas), e quais os desafios que terão que enfrentar com as políticas agrícolas atuais da UE.

Referências Bibliográficas

ESPAÑA. Instituto Nacional de Estadística. Censo Agrario de Alicante (1999). Espanha: INE, 2007.

SANTONJA, Jordi Tormo i.. Caracterización socioeconómica, políticas y proyectos para el desarrollo de la Comarca Funcional de L'Alcoià, El COMSAT y La Foia de Castilla. Una apuesta por la planificación estratégica territorial. Alicante, 2008. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Departamento de Geografia Humana, Universidad de Alicante, Espanha, 2008.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. La multifuncionalidad rural: realidad conflictiva en la Unión Europea, mito en América Latina. Eria. Revista Cuatrimestral de Geografía, Departamento de Geografía, Universidad de Oviedo, nº 72, p.89-99; 2007.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. (Coord) et al. Agricultura y espacio rural en Latinoamérica y España. Posibilidades y riesgos ante la mundialización de la economía. Ministerio de Agricultura, Pesca y Alimentación, Madrid, Serie Estudios nº 151, 408p, 2002.

SEGRELLES SERRANO, José Antonio. Los problemas del sector agrario alicantino y propuestas de desarrollo. Investigaciones Geográficas, nº 12, pág. 239-245, 1994.

SOARES, Adriano Campolina. A multifuncionalidade da agricultura familiar. Revista Proposta, nº 87, dezembro/fevereiro, 2000/2001.

LA UNIÓ DE LLAURADORS Y RAMADERS DEL PAÍS VALENCIÁ. Entrevista concedida pelo técnico agrícola Alberto Trave, chefe da Zona 1 representando a Província de Alicante, 2008.